

37° Encontro Anual da ANPOCS
(23 a 27/09/2013, Águas de Lindóia – SP)

**Seminário Temático 01: Desenvolvimento, Debate Contemporâneo,
Experiências e Projetos**

A teoria do Desenvolvimento em perspectiva histórica: uma comparação das abordagens clássicas de Inácio Rangel com as de Mangabeira Unger, José Luiz Fiori e os Novos Desenvolvimentistas

Inês Emília de Moraes Sarmiento Patrício

(Departamento de Economia – UFF Programa de Pós-Graduação em Ciência Política)

inespatricio@uol.com.br

Lígia de Albuquerque Carneiro

(Mestranda do PPGCP-UFF)

ligia.albuquerque@hotmail.com

Resumo

O objetivo do trabalho é apresentar a economia política do desenvolvimento em perspectiva histórica confrontando autores clássicos e contemporâneos. A escolha dos autores se dá pela sua influência em momentos históricos distintos tanto no campo das ideias, no enfrentamento com o ideário liberal e do livre-mercado, quanto na organização de um campo específico de economistas e na formulação de políticas. Partimos da hipótese de que a economia política do desenvolvimento não se constitui num corpo teórico uno e logicamente dedutível de hipóteses e formulações apriorísticas. Podemos, no entanto, supor que esta disciplina se funda na crítica à ortodoxia e à crença nos benefícios mútuos do comércio internacional e se constrói enquanto disciplina orientada para a ação. Por essa razão, propomos confrontar abordagens heterodoxas clássicas, tal como a de Inácio Rangel a autores modernos cujas contribuições teóricas, a nosso ver, integram a Economia Política do Desenvolvimento, como José Luís Fiori e Roberto Mangabeira Unger, além de ressaltar a influência de Inácio Rangel em Bresser Pereira, um autor do grupo novo-desenvolvimentista.

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar o resultado de uma pesquisa sobre o que convencionamos chamar a Economia Política do Desenvolvimento. Ainda em processo, esta pesquisa pretende agregar distintas interpretações sobre o desenvolvimento brasileiro, sobretudo autores menos estudados no campo da história das ideias, no Brasil. Um esforço interpretativo sobre vários autores é então feito, com o objetivo de construir um referencial amplo de ideias e análises sobre desenvolvimento no Brasil.

Partimos da hipótese de que a economia política do desenvolvimento não se constitui num corpo teórico uno e logicamente dedutível de hipóteses e formulações apriorísticas. Podemos, no entanto, supor que esta disciplina se funda na crítica à ortodoxia e à crença nos benefícios mútuos do comércio internacional e se constrói enquanto disciplina orientada para a ação. Por essa razão, propomos confrontar abordagens heterodoxas clássicas, tal como a de Inácio Rangel, a autores modernos cujas contribuições teóricas, a nosso ver, integram a Economia Política do Desenvolvimento, como José Luís Fiori e Roberto Mangabeira Unger, além de ressaltar a influência de Inácio Rangel em Bresser Pereira, um autor do grupo novo-desenvolvimentista.

O trabalho tem três seções além desta introdução. Na primeira, damos conta da análise feita por Inácio Rangel da economia brasileira, enfatizando a relação entre desenvolvimento e capital financeiro, subjacente ao seu livro *Inflação Brasileira* de 1963. Escolhemos a teoria da inflação neste autor por considerarmos que a partir desta via podemos estabelecer uma comunicação direta entre o desenvolvimentismo de Inácio Rangel e o novo-desenvolvimentismo de Bresser Pereira, abrindo espaço depois para uma análise mais profunda dos aspectos comuns ou de continuidade dos autores. Na segunda seção, analisamos o conceito de imaginação transformadora de Roberto Mangabeira Unger. Para o autor, a estrutura da sociedade é um retrato da vontade e da imaginação humanas e, por isso, ela não deve ser analisada à luz do determinismo histórico. Os indivíduos têm liberdade de ação sobre o mundo, com a real possibilidade de transcender o contexto social em que estão inseridos historicamente. A terceira seção discute a abordagem de Fiori, a partir das notas e artigos escritos entre 2000 e 2001 para o site Agência de Notícias Carta Maior, reunidos no livro "Lições dos 90 : uma década de neoliberalismo" (2002). O autor buscou reunir informações históricas e reflexões críticas sobre os acontecimentos da década de 1990, partindo da ruptura com o

pressuposto filosófico do tabu da inevitabilidade do rumo dos acontecimentos. O autor critica precisamente a última fase do capitalismo global e da nova ordem mundial criada em seguida. A América do Sul tornou-se o foco da resistência global ao neoliberalismo, às desregulações e às tentativas de impô-los à força. A integração regional do continente sul-americano é, pois, vital para que esse processo continue. Por isso, os ensaios de Fiori reunidos em "O poder global e a nova geopolítica das nações" (2005), discutem e debatem as possibilidades e limites da ideia de uma governança mundial.

I. Inácio Rangel e a inflação como defesa contra a insuficiência crônica de demanda

Inácio Rangel, no início dos anos sessenta, inverteu os termos da discussão sobre a gênese do processo inflacionário brasileiro, centrando-o não numa hipotética insuficiência de oferta, fosse ela global ou setorial, hipóteses das escolas monetarista e estruturalista, respectivamente, mas numa insuficiência crônica de demanda, na capacidade ociosa e na má distribuição de renda.

Para Rangel, a essência do problema brasileiro estava na baixíssima *propensão a consumir*, problema não detectado por nenhuma escola de pensamento, á direita ou á esquerda do espectro político. O reconhecimento do papel passivo do governo na emissão, diante das demandas políticas da sociedade também caracteriza a sua análise, mostrando o caráter *político* da inflação brasileira.

A inflação brasileira, segundo o autor, é um fenômeno ligado ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, caracterizado por uma estrutura agrária arcaica, baseada no latifúndio e na exploração. O processo de desagregação da velha estrutura agrária age como elemento perturbador do mercado de trabalho capitalista, pela formação de excedentes demográficos rurais, deprimindo o poder de barganha das massas trabalhadoras do sistema capitalista e criando um "exército industrial de reserva" exorbitante, cujo efeito é elevar a taxa de exploração do sistema. (Rangel, 2005, p.577). Dado que a propensão a consumir pode ser definida como a função inversa da taxa de exploração, segue-se que a desestruturação do setor agrário conduz á depressão da propensão a consumir do sistema econômico.

O pacto fundamental de poder estabelecido pela Revolução de 30, entre o latifúndio e o capital industrial nascente, nos quadros da substituição de importações, ofereceu condições propícias para uma ampla formação de capital, relativamente independente da expansão do consumo global e do preço da mão-de-obra. Rangel conclui que isto permitiu a industrialização sem prévia mudança da estrutura agrária, o que constitui a origem de toda a problemática econômico-social brasileira. (Rangel, 2005, p.578). “A elevada taxa de exploração do sistema tende a exprimir-se em baixa propensão a consumir, a qual carece de ser compensada por elevada taxa de imobilização. A inflação surge como um recurso heterodoxo mas eficaz, para manter elevada a taxa de imobilização, quando esta manifesta tendência a declinar” (Rangel, 2005, p.595). O capitalismo industrial brasileiro ao desenvolver-se nos quadros de uma estrutura agrária não reformada previamente, e ao provocar a formação de um exército industrial de reserva que deprime o poder de barganha dos trabalhadores, tem como consequência uma distribuição de renda excessivamente desigualitária e uma baixa propensão a consumir. A economia nacional, em consequência, desenvolveu mecanismos especiais de defesa, tendentes a compensar os efeitos da elevada taxa de exploração do sistema. Se a propensão a consumir é muito baixa, o multiplicador também o é, fazendo com que os efeitos dos investimentos adicionais sobre o consumo também o sejam, tendendo o sistema econômico para **“uma crônica subutilização da sua capacidade produtiva”** tornando-se necessários estímulos especiais que sustentem em elevado nível a taxa de inversão da economia. Para uma distribuição de renda dada, dessa taxa é que depende o comportamento do produto real. (Rangel, 2005, p. 597). Por outro lado, “uma economia que depende para seu simples equilíbrio e para sua expansão, de uma elevada taxa de imobilização, tende continuamente para o superinvestimento, dada a mecânica da demanda global.” (Rangel, 2005, p.597). A inflação desempenha então papel estratégico, sendo um mecanismo de defesa da economia contra a tendência á redução da taxa de imobilização do sistema, a qual resultaria na depressão. A inflação, mais do que o problema que representa, é um barômetro da situação, na medida em que o que poderia ser uma depressão econômica em si, toma a forma de uma elevação do índice geral de preços, muito menos nociva. (Rangel, 2005, p. 598).

A inflação não se resumindo a um problema de finanças públicas, é necessário, de um lado, criar condições para que a taxa de imobilização do sistema prescindia desse

estimulante, e de outro corrigir as anomalias do mecanismo formador de preços. O autor refere-se aqui ao *oligopsônio-oligopólio* de bens agrícolas. A comercialização dos produtos agrícolas para o mercado interno se faz nas condições de um oligopsônio-oligopólio, manipulando-se os preços ao produtor e submetendo-o a condições erráticas de comercialização e impondo preços extorsivos ao consumidor arrastando em sua esteira todo o sistema nacional de preços. Como mostram Bresser Pereira e Rego (1993), o processo estende-se para a grande indústria e para os serviços públicos, surgindo a inflação como um mecanismo de defesa da economia, “principalmente administrada ou de custos, e não de demanda” (Bresser Pereira e Rego, 1993, p. 112). A economia, fortemente oligopolizada, permite uma medida considerável de administração de preços, impelindo o oligopólio a usar seu poder quando criadas as condições, nas fases recessivas dos ciclos, exacerbando a inflação nos períodos recessivos.

O texto de Inácio Rangel *A Inflação Brasileira* de 1963, em pleno Plano Trienal, parte de uma crítica á superficialidade da análise inflacionária de monetaristas e estruturalistas. “Ao aprofundar a matéria, surpreendeu-me a superficialidade com a qual ambas as correntes em pugna a tratavam. Na verdade, de parte a parte, sabia-se muito pouco acerca da moeda brasileira, de sutis peculiaridades e das precauções a tomar antes de aplicarmos as teorias importadas. Assim a polêmica seria incompreensível senão como reflexo do conflito ideológico que então nos dividia, entre industrialistas e antiindustrialistas. A pregação ortodoxa era no fundo uma tentativa de demonstrar que não nos devíamos industrializar; a pregação estruturalista, um esforço para provar que a solução do problema da inflação estava na ruptura dos pontos de estrangulamento do sistema e que, portanto, estava na industrialização.” (Rangel, 2005,p.554).

Constatando que ambas as teorias tinham a sua parte de verdade e a sua parte de mentira, Rangel parte da hipótese de que a pedra de toque para avaliar essas teorias é a capacidade ociosa, negada, aberta ou sub-repticiamente, pelas duas. “Embora a acumulação de capacidade ociosa seja um fato empiricamente demonstrado – inclusive com a ilustre colaboração de homens representativos da escola estruturalista – ambas as correntes estudam a emissão como o ato inicial conducente á expansão da demanda global do sistema. *Ergo*, se houvesse capacidade ociosa em condições de ser utilizada – e sem isso, deixe-me que acrescente, não há capacidade ociosa – essa expansão da

demanda global conduziria a uma expansão da renda, e não a uma elevação de preços.” (Rangel, 2005, p.554).

Rangel organiza a sua crítica mostrando que ambas as escolas pecam, seja porque se esqueceram dos postulados da sua própria escola, como os monetaristas, seja porque transpõe, sem crítica, os supostos keynesianos para o caso brasileiro. Segundo o autor, tanto monetaristas quanto estruturalistas têm em comum a mesma busca pela gênese da inflação “numa suposta insuficiência ou inelasticidade da oferta, global, no caso dos monetaristas, e setorial, no caso dos estruturalistas, quando deveriam ocupar-se do comportamento da demanda”. (Rangel, 2005, p. 567). Esta última, pela sua inelasticidade específica, como no caso dos gêneros alimentícios, cria condições para a manipulação da oferta dos mesmos bens ou serviços, obrigando o consumidor a uma alta dos preços. Por outro lado, pela sua insuficiência genérica ou global, reduz as oportunidades de investimento do sistema, induz o superinvestimento em numerosos setores, causando a elevação dos custos unitários e dos preços. (Rangel, 2005, p. 567). Tanto estruturalistas como monetaristas centraram a sua argumentação numa hipotética insuficiência de oferta, perante uma demanda supostamente excessiva, deixando de observar que o nível de demanda existente, ainda assim insuficiente para assegurar uma utilização satisfatória da capacidade produtiva existente, só é o que é, precisamente por causa da inflação.

Ao analisar o que ele chama a “ilusão monetarista” Rangel afirma que uma vez descoberta a correlação entre a variação do índice de preços e do volume do meio circulante, os monetaristas saltaram, sem maior exame, para o postulado de que era o governo federal o responsável pela inflação, uma vez que esta, emitindo dinheiro, faz variar o volume do meio circulante. Fazem, assim, do ato de emitir “o fiat genesíaco de todo o processo inflacionário” (Rangel, 2005,p.562).

A crítica de Rangel aos monetaristas centra-se no argumento de que a teoria monetária não nos diz que devemos excluir “a possibilidade de que a variação do volume do meio circulante seja um efeito induzido da elevação do índice geral de preços, em vez da causa dessa elevação.” (Rangel, 2005, p.562). Rangel supõe uma variação autônoma do nível de preços “que pode resultar da variação dos preços de alguns produtos, não compensada pela variação, no sentido inverso, dos preços dos demais”. Nesta situação, em vez do reajustamento de preços ao nível anterior, como no suposto ortodoxo, haveria um declínio da renda real. Primeiro por efeito da retenção do

produto, segundo por causa da redução do fluxo de pagamento a fatores, dado que o crescimento dos estoques induz uma queda no nível de atividade, encaminhando a economia para a depressão. No caso brasileiro, a elevação de preços conduz á emissão. Da seguinte maneira: A retenção de estoques leva a empresa a recorrer ao sistema bancário para restabelecer caixa (disponível), dado que seu realizável, inflado pelos estoques garante a solvabilidade. O equilíbrio de caixa do sistema bancário torna-se então, direta ou indiretamente, um problema de caixa do Banco do Brasil, obrigando o governo a emitir, o que significa que a inflação não é gerada pelo orçamento da União e sim por movimentos autônomos das empresas privadas. O autor conclui que “a emissão não é o ponto de partida da inflação, mas o seu ponto de chegada, isto é, sua culminação”. (Rangel, 2005, p. 564). Quando o mercado reabsorve os excedentes ocorre um fluxo adicional de receita tributária para o Tesouro Nacional, o qual se junta ao prêmio da emissão e aos depósitos compulsórios á ordem da SUMOC. Conclui que o papel do governo é passivo e corresponde á tomada de medidas de caráter político, respondendo a interesses de classe. Caso o governo resista, não só perde as três fontes de receita como será penalizado financeiramente, pois haverá falências e desempregados. A repetição dos ciclos inflacionários acaba por converter a receita inflacionária numa fonte de recursos para o Estado enquanto o sentido e a ordem causal da elevação dos preços se perde.

Rangel reconhece que os estruturalistas percebem que a inflação “tem origem no bojo da economia e não no gabinete do ministro da Fazenda”. (Rangel, 2005, p.565). Embora represente um avanço esta análise conduz também a um “beco sem saída”.

Para os estruturalistas, o problema está na estrutura de oferta do sistema econômico, explicando a elevação autônoma dos preços pela existência de pontos de estrangulamento na economia, mormente pela insuficiência da capacidade para importar e inelasticidade de oferta do setor agrícola. Para Rangel, o erro dos estruturalistas está numa questão de fato (não de teoria): “o governo brasileiro não emite para cobrir déficits. Ao contrário, suscita déficits para poder emitir.” (Rangel, 2005, p.566).

No que respeita á ilusão estruturalista, Rangel é bastante claro neste caso: “A emissão, precisamente porque não suscita, como no suposto keynesiano, uma expansão da renda, determina, como no suposto monetarista, uma elevação dos preços. E é nessa elevação, não no ato de emitir, que devemos pesquisar a fonte das repercussões da inflação sobre a renda real. A elevação sistemática dos preços, desvalorizando a moeda,

criando a expectativa de ulterior desvalorização, deprime a preferência pela liquidez, e, assim, induz imobilizações, que não ocorreriam, se a moeda fosse estável. São essas imobilizações adicionais que põe em movimento a renda. É por isso que a renda real pode ser definida como função da taxa de inflação, entre nós.” (Rangel, 1995, p.555).

A inflação se relaciona, “não com movimentos superficiais da economia, mas com o que há de mais estratégico nela, isto é com a taxa de capitalização ou de formação de capital”, o que Rangel chama de “taxa de imobilização”, isto é, aquela parte da renda que não é consumida num ano dado, mas acumulada, seja sob a forma de bens de produção ou de bens de consumo duráveis ou a consumir em período subsequente. (Rangel, 2005, p.571). O mecanismo descrito por Rangel comporta vários passos. Primeiro, a inflação regular e institucionalizada leva a toda a sociedade a certeza de que a moeda se desvalorizará a uma taxa anual determinada. A partir dessa informação, as empresas, famílias, órgãos do Estado, alocarão seus recursos, fixando as proporções que darão á parte monetária e material de seus ativos. Menos inflação induzirá maior preferência pela liquidez, mais inflação determinará maior consumo. As empresas, neste último caso, investirão mais. Desse modo, conclui que a expectativa quanto á taxa de inflação determina portanto o nível da renda nacional, “que outra coisa não é senão o resultado da utilização daquela parte da capacidade produtiva existente, para a qual se configura demanda efetiva” (Rangel, 2005, p.573).

Aos estruturalistas Rangel ainda acrescenta que se romper pontos de estrangulamento fosse anti-inflacionário, a industrialização já o fizera (rompera pontos de estrangulamento) rapidamente, mas ao gerar capacidade ociosa em quase todo o parque produtor, a inflação cresce com a capacidade ociosa. “Noutras palavras, se havia alguma correlação entre o processo inflacionário e a maior ou menor inadequação da estrutura de oferta – a composição natural do produto dos marxistas -, essa correlação tinha sinal oposto ao que se imaginava. Em resumo, quanto menos inadequada fosse a estrutura da oferta, maior seria a pressão inflacionária.” (Rangel, 2005, p. 566).

No texto *A Inflação e a Renda*, em *Inflação Brasileira*, Rangel correlaciona renda real e taxa de inflação, fato que foi demonstrado estatisticamente em vários países latino-americanos, pelos estruturalistas. Se, nessas economias, o Estado recusar-se a emitir, deprime-se a taxa de expansão do produto real, chegando mesmo a declinar como no Chile e na Argentina. O fato de a mesma taxa de expansão do produto real resultar, em certas condições, de uma taxa declinante de inflação, e noutros períodos,

correlacionar-se a uma taxa ascendente, complica o problema, para o autor, mas não destrói a correlação. O autor expõe da seguinte maneira o problema, “coeteris paribus, isto é, constantes as demais circunstâncias, o comportamento do produto real varia no sentido do índice geral de preços” (Rangel, 2005, p.596). E o autor acrescenta num pé-de-página que, por influência dessas circunstâncias outras, a possibilidade de haver concomitância entre depressão econômica e inflação não pode ser excluída. Isto significaria que a partir de certo ponto, nenhuma inflação pode sustentar o crescimento ou evitar a queda da atividade econômica. E1963 teria sido precisamente um ano típico de “estagflação”. (Rangel, 2005, p. 596).

O Plano Trienal, para Rangel, representava uma aliança das duas escolas. Ao escrever o prefácio da Inflação Brasileira, Rangel propôs que essa “paz” entre as duas escolas não fosse o fim da luta pelo desenvolvimento. E afirma que o novo estágio em que o Brasil entrava não seria mais capitaneado pelo capital industrial, mas pelo capital financeiro, sob o impulso da oferta de capitais a taxas negativas de juros reais. O centro da luta pelo desenvolvimento teria de ser pela estruturação do mercado interno de valores, mercado esse, “cujas peças essenciais são o sistema bancário e a bolsa de valores, surgiu e se está estruturando nas condições especiais criadas pela inflação. Antes de concluída a evolução começada, a estabilização monetária seria o estrangulamento do embrião do mercado de valores, precipitando a depressão” (Rangel, 2005, p.556). Assume contudo, que não será fácil explicar de que maneira o capital financeiro é uma força de libertação, do mesmo modo, que no período anterior, o capital industrial. “A ideia de capital financeiro está associada às de banco e de banqueiro, porque o capital financeiro representa a fusão do capital industrial com o capital bancário. Não será fácil explicar ao homem da rua que todo o nosso desenvolvimento e nossa própria soberania nacional dependem de que seja levado a bom termo o trabalho desses banqueiros que se interessam por indústria ou desses industriais que se interessam pelo negócio de dinheiro – entre os quais devemos destacar o próprio Estado, que é o maior banqueiro e que, afinal, é o primeiro candidato aos recursos financeiros a serem mobilizados.” (Rangel, 2005, p. 557). Somente o capital financeiro poderia operar, afirma Rangel, a canalização de umas atividades para outras, através do Estado, potencializando o parque industrial recém-criado, cujo aproveitamento dependeria de investimentos, não nas indústrias, na agricultura e nos serviços, já criados e cheios de capacidade ociosa, mas noutros setores, onde há indústrias a desenvolver e

serviços a criar. A reestruturação do mercado financeiro interno facultaria a transferência de recursos livres que se acumulam nos setores já desenvolvidos e com capacidade ociosa, para setores a desenvolver.

Bresser Pereira e Rego (1993) consideram a análise de Rangel sobre o ciclo longo, a partir da influência de Schumpeter (no *BusinessCycles*) e da leitura de Kondratieff, e sobre a dualidade básica da economia, dois instrumentos fundamentais para a análise histórica da economia brasileira. Mostram que para Rangel, o processo de desenvolvimento é eminentemente cíclico (regido por ondas de inovação tecnológica e pelo processo de acumulação de capital), processo esse independente da vontade humana e portanto da política e do planejamento (Bresser Pereira e Rego (1993,p. 105).

Os autores referem-se á análise de Rangel sobre inflação e super-investimento como a “dialética da capacidade ociosa”. Segundo os autores, o problema central do processo de acumulação brasileiro, para Rangel, era a necessidade de transferir excedentes dos setores atrasados os pouco dinâmicos para os de maior potencial de expansão. Este seria um “caminho alternativo de alavancagem da acumulação capitalista, que não o da compressão salarial ou do endividamento externo” (Bresser Pereira e Rêgo, 1993, p 111). Para os autores, Rangel estabelece as bases da teoria endógena da oferta de moeda, tal como anteriormente Wicksell, Shumpeter e Keynes. Os autores consideram o livro *Inflação Brasileira* o segundo momento paradigmático da teoria neo-estruturalista da inflação inercial, depois dos textos de Noyola (1956) e de Sunkel (1957), que fundam a perspectiva estruturalista da inflação. O terceiro surgiria na década de oitenta quando a teoria da inflação inercial foi definitivamente desenvolvida. (Bresser Pereira e Rêgo, 1993, p.112).

Um texto de Bresser Pereira, *A Inflação no Capitalismo de Estado (a experiência brasileira recente)*, publicado em 1981, na Revista de Economia Política seria fortemente influenciado por Inácio Rangel. Um artigo representativo do terceiro momento paradigmático, citado também pelos autores é o artigo de Bresser Pereira *Inflação Inercial e Plano Cruzado* publicado em 1986, na Revista de Economia Política. Um outro texto, também citado pelos autores é o escrito por Bresser Pereira em parceria com Yoshiaki Nakano, em 1983, publicado na REP em 1984, *Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação*.

É a partir da análise de Rangel sobre os ciclos decenais (Juglar) que Bresser Pereira e Rego (1993) argumentam que este irá compreender o processo inflacionário

(recessivo) dos anos 80. Segundo os autores, para Rangel, em cada ciclo implantam-se sucessivos grupos de atividades, começando pela indústria leve, e empreendendo depois a indústria pesada e os serviços de infra-estrutura. Ao concluir-se a fase a de cada um dos nossos ciclos endógenos, somos confrontados com dois setores, um dotado de excesso de capacidade produtiva e outro, retardatário, em relação ao sistema como um todo (Bresser Pereira e Rego, 1993, p. 113).

No pós-fácio á quinta edição de *Inflação Brasileira*, de 1978, Rangel refere-se ao ciclo de Juglar, na eminência de abrir-se, o qual deveria ser o último da série aberta com a industrialização substitutiva de importações, nos anos 30. O setor dinâmico ou ativo desse ciclo, seria, para Rangel, os serviços de utilidade pública, postos em “chocantes condições de insuficiência pelo processo de industrialização já cumprido”, e pelo violento movimento de urbanização. Os recursos a serem mobilizados existiriam sob a forma de capacidade ociosa, principalmente nos subsetores privados do setor industrial, o nacional e o estrangeiro. (Rangel, 2005, p.679).

Bresser Pereira e Rego (1993) referem-se á “curva de Rangel”, de 1985, em que Rangel nega a curva de Philips, e relaciona inflação a depressão. Rangel constrói duas curvas de médias trienais móveis com dados de 1958 a 1983, uma com a produção industrial, a outra com a inflação e verifica por essa curva “uma quase perfeita assimetria, em que quando a produção industrial cresce, a inflação se desacelera e vice-versa”. (Bresser Pereira e Rego, 1993, p. 114). Rangel considera, como Bresser, que a economia brasileira é fortemente oligopolizada, o que permite considerável administração de preços. Além disso, o autor sugere que podem ser criadas condições institucionais que induzam o oligopsonio-ologopólio a usar seu poder em escala macroeconômica, sobretudo durante as crises. A inflação sendo um sintoma da crise, acelera quando ela se agrava e desacelera quando a economia volta a crescer. Bresser e Rego (1993) concluem que para Rangel, assim como a moeda é endógena, também a inflação é endógena. Teria sido essa crença na endogenidade da inflação e na relação assimétrica com os movimentos cíclicos da economia que o levou a não compreender a teoria da inflação inercial como relevante. (Bresser Pereira e Rego, 2005, p. 115). Segundo os autores, essa teoria, que vê também a inflação como um processo autônomo de demanda é perfeitamente compatível com sua própria teoria da inflação.

Para o estudo da obra de Inácio Rangel sugerimos a leitura do prefácio de Márcio Henrique Monteiro de Castro, de 2005, ás Obras Reunidas publicadas pela

Contraponto e BNDES. Ali se apresentam as ideias centrais de Rangel além de uma lista de textos e comentários á sua obra feita por economistas como Cardim de Carvalho (1978), Bresser Pereira (1978), Wilson Cano (1979), Ricardo Bielchowsky (1988), Guido Mantega, (1984) entre outros.

II. Imaginação e Transformação em Mangabeira Unger

Mangabeira Unger utiliza o conceito de sistema para elaborar sua teoria. Nesse sentido, ele sistematiza sua obra em três planos interligados: o filosófico, o político e o da teoria social. No aspecto filosófico, destacam-se os ideais de que é possível haver uma nova configuração organizacional no mundo, de que a história é aberta a quaisquer acontecimentos e de que o tempo é real, abrangendo todos os aspectos da experiência humana (Teixeira, 2011).

Em sua teoria social, Unger estabelece que os sujeitos são o produto de seu contexto sócio-cultural, mesmo que ajam – tanto de forma coletiva, como individual – de maneira a ultrapassar os limites dessa conjuntura. O autor critica a visão de que não há espaço para novas formulações de mundo, no sentido de que tudo o que possa ocorrer nada mais é do que uma possibilidade de realidade já esperada. Dessa forma, o mundo não seria real, seria apenas possível.

A relação entre o real e o possível, para Unger, não pode ser delimitada. Isso porque não podemos estipular os limites do possível para além do que está por vir imediatamente. Portanto, é necessária nova forma de entender o mundo, a qual permita imaginar a relação entre o real e o possível. Nessa via, a ideia de inovação está atrelada ao novo – como algo realmente novo – e à premissa de que o mundo que conhecemos é sua única versão aceita possível. O autor infere que “as raízes do ser humano não estão no passado, estão no futuro” (Teixeira, 2011).

À sua explicação de sociedade, Unger alia o conceito de imaginação institucional. Assim, aspectos abstratos da esfera político-econômica como uma “democracia representativa” ou uma “economia de mercado” não devem ser identificadas por um conjunto estrito de normas e instituições. Eles podem abrigar diversas configurações institucionais, divergentes das que prevalecem nos países centrais. Para o autor, as sociedades se organizam de maneiras muito particulares e a

questão institucional está ligada à questão estrutural, refletindo vontades e conflitos sociais.

As definições institucionais de um país denotam as características de uma sociedade. Ademais, as discussões acerca dessas definições possibilitam que a política tenha um cunho transformador, no que tange tanto à participação política, quanto à organização das instituições políticas, econômicas e sociais. Para o autor, as atuais instituições não permitem ações transformadoras, a não ser em momentos de crise.

Roberto Mangabeira Unger é adepto da ideia de transformação. Para o autor, a estrutura da sociedade é um retrato da vontade e da imaginação humanas e, por isso, ela não deve ser analisada à luz do determinismo histórico. Logo, os indivíduos têm liberdade de ação sobre o mundo, com a real possibilidade de transcender o contexto social em que estão inseridos historicamente.

Unger propõe uma forma de fazer política inovadora, chamada de “transformadora” (Unger, 1990). Apesar do pensamento da esquerda política vigente, o qual difunde apenas duas formas de prática política, a saber, a reformista (que reforma o sistema atual) ou a revolucionária (que substitui o sistema por outro), o pensador defende que a mudança deve ser gradual e bem direcionada, sem o marasmo da reforma, nem imediatismo e radicalismo da revolução.

Segundo Unger, a eleição de governos de esquerda, capitaneados pelo proletariado industrial, teve efeitos negativos para esse grupo. Seu papel como agente de transformação histórica não gerou uma mudança nas aspirações pequeno-burguesas da sociedade em geral. Além disso, a classe passou a ser vista pelo resto da população como mais um grupo que só busca defender seus próprios interesses (Unger, 2008).

Unger não aceita a ideia de que haja uma classe ou agente privilegiado na transformação sócio-histórica. Contudo, ele sustenta que é preciso investir em uma classe ascendente e empreendedora, chamada de batalhadores (Souza, 2010), e encaminhá-las no sentido de expandir seu princípio de transformação do capitalismo brasileiro nos últimos anos. Em linhas gerais, o autor propõe forte investimento nessa parcela da população, a qual pode e deve liderar uma transformação nos moldes visados por ele.

O autor ainda critica a visão do realismo político na ação transformadora. Para ele, esse pensamento fica muito próximo à realidade conhecida, gerando proposições consideradas ora utópicas, ora triviais. Para evitar essa dualidade, Unger entende que a

programação política deve ser pensada como a demarcação de um caminho, o qual pode partir de elementos relativamente próximos à estrutura existente ou pouco distantes da ordem que se quer transformar (Unger, 2008).

Unger pode ser considerado um filósofo da ação e suas ideias sobre o experimentalismo institucional funcionam como um elo de ligação entre o pensamento social e o pensamento filosófico do autor (Teixeira, 2010). Nesse sentido, ele propõe soluções para alguns dos principais problemas políticos do Brasil (Unger, 2013). A reforma política, para ele, deve reconciliar a democracia representativa e direta com a democracia participativa e partidária. Segundo o autor, essas duas formas de democracia – prometida, mas não concretizada pela Constituição de 1988 – não se anulam, mas se complementam. Nesse sentido, os cidadãos podem se organizar por canais alternativos aos tradicionais partidos políticos, sem deixarem de se fazer representar.

Para o Unger, um caminho viável seria se uma parcela dos deputados, ou dos eleitores pudesse submeter qualquer medida legislativa a referendo popular, ou iniciar um plebiscito nacional. A decisão popular por maioria deveria ser respeitada e transformada em lei, a despeito dos votos no Congresso e de sanção presidencial.

Para estreitar o caminho entre a democracia representativa e a democracia participativa, é necessário aperfeiçoar a representatividade e fortificar os partidos políticos. O problema é que, no Brasil, os partidos têm donos, que não perdem prestígio internamente. Para Unger, seria preciso tirar o poder desses donos, submetendo os elegíveis a uma pré-eleição que escolheria a ordem e os candidatos de cada legenda. Nessa via, o voto distrital não seria conveniente, uma vez que favorece uma política focada em benefícios locais, como ocorre na prática das emendas parlamentares do congresso.

O financiamento privado das eleições e a ocupação excessiva de cargos públicos por nomeação no país faz com que a corrupção ainda seja alta. Para o autor, é preciso regulamentar o financiamento público tanto dos partidos, quanto dos candidatos independentes, limitando o teto de doações privadas para cinco salários mínimos e restringindo os gastos da propaganda na televisão, além da substituição dos cargos indicados politicamente, por funcionários concursados.

Os partidos políticos não são levados a sério pelo povo brasileiro, além de serem, por muitas vezes, considerados uma ameaça. Segundo Unger, a solução está na abertura para concorrência eleitoral, sem filiação e legenda partidárias, para qualquer

cidadão que comprove obter o apoio de pelo menos um por cento do eleitorado do âmbito que pretende concorrer.

Para Unger, a visão a partir da periferia ajuda no enfrentamento ao centro. Seu pensamento almeja uma realização prática na política. Entretanto, a crítica feita ao autor passa pelo fato de sua obra ainda estar engessada e não ter sido convertida em formas concretas de ação que possam ser desenvolvidas por outros (Teixeira, 2011).

III. José Luís Fiori e a Economia Global

Para José Luís Fiori (2011), a hegemonia do pensamento desenvolvimentista, na América Latina, nasceu na década de 30, foi consolidada nos anos 50, passou por uma auto-crítica nos anos 60, e perdeu seu vigor intelectual na década de 80. A ideologia “nacional-desenvolvimentista” da América Latina foi legitimada, majoritariamente, pelo debate acerca do “papel do Estado” no desenvolvimento econômico. As interpretações das teorias vigentes e suas estratégias de implementação geralmente reproduziam experiências de outros países, sem considerar a heterogeneidade do continente latino-americano.

Nesse sentido, três teorias dominantes, ao longo do século XX, foram identificadas pelo autor. A primeira é a teoria da “modernização” em Weber, cuja proposta apontava para uma idealização dos Estados e dos sistemas políticos dos países centrais. A outra é a teoria estruturalista cepalina da relação “centro-periferia”. E a última é a teoria marxista da “revolução democrático-burguesa”, que apontava o caminho de amadurecimento do modo de produção capitalista e da revolução socialista para o desenvolvimento industrial.

O autor explicita que, na América Latina, essas políticas de desenvolvimento foram empregadas de maneira pontual, descoordenada e pontual. Ademais, apenas duas nações podem ser caracterizadas como “desenvolvimentistas”: o México, com ressalvas, e o Brasil, que representa o caso mais bem sucedido, do ponto de vista do crescimento da economia. Entretanto, no Brasil, a teoria que prevaleceu na estratégia de crescimento não foi nenhuma das três citadas pelo autor, mas uma quarta teoria, a da “segurança nacional”, desenvolvida pelos militares que lideraram o Estado “desenvolvimentista” brasileiro, que associava desenvolvimento e industrialização, objetivando a “defesa nacional” (Fiori, 2011).

Segundo Fiori (1999), a América do Sul acabou por se tornar um foco da resistência global ao neoliberalismo. Isso se deu por conta das vitórias eleitorais de partidos de esquerda em vários dos seus países, e a integração regional do continente é vital para que o processo continue. O autor afirma que neoliberalismo, no Brasil, não se define como prática política e não é uma ideologia adotada pelos setores significativos da classe política e empresarial. O ex-presidente Fernando Collor representou uma direita moderna que aceitava e priorizava a intervenção ampla do Estado na área social e limitada na área econômica. Contudo, naquela época, seu plano de ação seguia os moldes de um rigoroso receituário neoliberal. (Fiori, 1992).

Já Fernando Henrique Cardoso optou pelo projeto de modernização neoliberal e por um bloco de sustentação de centro-direita (Fiori, 1994). Para o autor, sua estratégia socioeconômica gerou ou aprofundou os níveis preexistentes de desigualdade e exclusão social no Brasil. Ademais, também foi uma opção do ex-presidente FHC levar adiante um projeto antissocial e quase sempre autoritário, através de uma coalizão política que, antes e durante a era desenvolvimentista, aproveitou-se da sociedade brasileira, uma das mais desiguais do mundo.

Fiori (1995) parte da premissa de que as dimensões econômica e política são determinadas de forma recíproca, sem que haja hierarquia ou precedência entre elas. Para ele, a união do poder político territorial com o capital privado foi a responsável por tornar a Europa o centro do poder e da riqueza mundial, gerando as entidades chamadas “Estados-economias nacionais”. São eles que, segundo o autor, encarregaram-se da tarefa de expandir as fronteiras territoriais e incrementar o comércio e as finanças das nações da Europa, num movimento expansivo e inexorável.

O autor constata que essa expansão foi impulsionada pela competição, tanto militar quanto econômica, entre os Estados. Levada ao extremo das consequências, a “pressão competitiva” entre os Estados poderosos (em busca de maiores parcelas de poder) e Estados fracos (em defesa de sua independência e sobrevivência) acaba por tornar-se uma “pressão sistêmica”. Nesse sentido, a “manutenção do poder” leva à “acumulação de poder”, que leva à “acumulação de riqueza”, uma vez que o núcleo do poder assenta-se sobre bases materiais. A busca pelo poder, portanto, faz com que os governos incrementem o poder nacional, projetando força e internacionalizando a economia (Fiori, 1995).

Atualmente, a conquista militar de territórios fiscais e coloniais por parte dos “Estados-economias nacionais”, cedeu lugar à conquista de “territórios econômicos supranacionais”. Assim, eles impõem suas moedas e seus capitais privados e obtêm lucros extraordinários, transformando-se em “Estados-economias imperiais”. Esse é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos da América; a “globalização econômica” que esse país vem avançando desde as últimas décadas do século XX nada mais seria do que a expansão de seu “território econômico supranacional” (Fiori, 1995).

Para Fiori (2007), a estabilidade do sistema internacional se dá não pelas geometrias de poder diversas (se o mundo é unilateral, bilateral ou multilateral), mas pela ameaça de um grande conflito entre as potências dominantes. Além disso, a hegemonia nunca perdura muito tempo, mesmo em um contexto em que o Estado dominante seja muito poderoso e que inexista um rival análogo. O autor explica que a nação hegemônica age com o objetivo de aumentar o seu poder, o que a distancia das regras e instituições que sustentavam sua supremacia. Segundo ele, entre outros, um exemplo expressivo de rompimento com compromissos internacionais foi realizado pelos EUA, ao decretar a falência do sistema de convertibilidade do padrão ouro-dólar, em 1973.

Assim, as nações perdem, juntamente com sua supremacia econômica, também seu poderio militar. Mesmo assim, isso não afeta o funcionamento sistemático de acumulação de riqueza e de poder exercido pelas potências, as quais dinamizam suas atividades através da competição econômica e do conflito armado. Para Fiori, o resto sistema mundial moderno está dividido em três categorias distintas na hierarquia internacional. Em primeiro lugar, estão as nações que se desenvolvem sob a proteção dos países centrais; há também os Estados que seguem a estratégia do *catch up*, a fim de alcançar os países centrais; e, por último, existem os países que estão na periferia e fornecem insumos para os países do centro.

Ademais, o autor aponta as transformações estruturais e de longo prazo vigentes no século XXI. Inicialmente, houve a expansão do sistema internacional, integrando novos Estados soberanos. Além disso, o eixo articulador da economia mundial passou para a Ásia, com destaque para o crescimento da importância da China, a qual trouxe a economia mundial para perto dos países em desenvolvimento e assentou um eixo geopolítico de competição com os EUA. Por fim, o “dólar flexível” consolidou-se no

sistema monetário internacional, acelerando a globalização e o poder “global” dos EUA (Fiori, 2007).

A globalização das economias mundiais – principalmente as das potências hegemônicas – mudou totalmente o cenário de poder e força econômica das nações. Dessa forma, foi criado um novo panorama mundial, no qual a economia centrada em um Estado-nação, com uma moeda de comercialização mundial (o dólar americano), agrega um conjunto de nações vulneráveis à sua própria economia local em períodos de crises econômicas. A relação de poder e força das nações está diretamente relacionado às suas riquezas naturais, forte industrialização e desenvolvimento de tecnologias.

Nesse sentido, a soberania dos Estados e sua relação com a globalização devem levar em conta alguns aspectos (Fiori, 2001). Em primeiro lugar, a aceleração do processo permanente de internacionalização capitalista. Além disso, a mudança radical do quadro geopolítico mundial resultou na renegociação das suas hierarquias geopolíticas e geoeconômicas, as quais afetam os graus de soberania de cada uma de suas jurisdições políticas.

No Brasil, contudo, as exigências internacionais decorrentes do acordo entre o governo brasileiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco de Compensações Internacionais (BIS), para Fiori (2001), não foram uma mera imposição externa. O acordo comprometeu o país com o cumprimento de metas fiscais e monetárias, definidas e controladas trimestralmente, em troca de um empréstimo de 40 milhões de dólares, que permitiu ao governo FHC enfrentar a crise do Plano Real, protelando seus efeitos mais dramáticos.

Para o autor, a tutela dos organismos internacionais faz parte de um planejamento consciente de nossas elites, que trocaram o “desenvolvimentismo” das décadas anteriores por uma “transnacionalização radical dos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras” (Fiori, 2001).

Entretanto, esse projeto “aprisionou o país numa armadilha de curto-prazo circular e acumulativa” (Fiori, 2001). Isso porque, apesar do relativo sucesso das políticas de estabilização monetária dos anos 1990 na América Latina, elas trouxeram, também, entraves para o crescimento da região. O câmbio supervalorizado desencadeou uma alta taxa de juros, a qual impossibilitou o crescimento da economia por conta do crescimento rentista da riqueza privada. Ademais, os juros mais altos do que as taxas de

inflação e crescimento aumentam os desequilíbrios macroeconômicos, ao passo que paralisam os investimentos em políticas públicas, por conta dos constantes ajustes orçamentários.

Na década de 1990, os três governos brasileiros eleitos tinham a mesma agenda econômica, além de prometerem uma mudança das relações entre o Estado, o capital privado e a organização do trabalho constituída na era desenvolvimentista. Ademais, prometiam eliminar o intervencionismo do Estado, diminuindo suas relações com o empresariado. Todavia, foi somente a partir de 1994 que os mercados econômicos foram abertos e desregulados, o setor público foi privatizado (em nome da competitividade global), e os direitos trabalhistas foram reduzidos (Fiori, 2001).

A história do Brasil tem sido pautada por desigualdades, autoritarismo e conservadorismo, que levam à exclusão social. A década de 1990, após as reformas neoliberais, trouxe como consequência maior concentração de renda (Fiori, 2001). Na primeira década do século XXI, o Brasil iniciou uma estratégia de afirmação internacional que retoma a proposta da década de 60, expandindo sua presença e tentando aumentar a capacidade de defesa autônoma de suas reivindicações internacionais (Fiori, 2013).

Segundo Fiori (2013), a política externa brasileira oscilou no tempo, mudando seus objetivos de acordo com cada governo. O fato de ter sempre estado ao lado das “grandes potências ocidentais” não colocava o Brasil em posição de destaque. Apesar de a nova estratégia brasileira estar claramente definida pelo governo, ainda existem divisões e resistências profundas, “como se o sistema político, a sociedade e a intelectualidade brasileira ainda não estivessem preparados para assumir os objetivos definidos pelos documentos oficiais”.

Fiori reitera que uma política de projeção de poder exige objetivos claros e uma relação estreita entre os responsáveis pela política externa de um país. Ademais, demanda uma sociedade mais igualitária e mobilizada, aliada a uma capacidade social e estatal de construir consensos para de objetivos internacionais de longo prazo, ao passo que planeja e implementa ações de curto e médio prazo.

Referências

- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e RÊGO, José Márcio (1993) “Um mestre da economia brasileira” *Revista de Economia Política* vol 13, n.2 (50), abril-junho de 1993.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e NAKANO, Y. (1984) “Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação” *Revista de Economia Política* 4 (1), janeiro, 1984.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1986) “Inflação Inercial e Plano Cruzado” *Revista de Economia Política* 6 (3), julho de 1986
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1981) “A inflação no Capitalismo de Estado (e a experiência brasileira recente) “ *Revista de Economia Política* 1(2), abril 1981
- FIORI, José Luís. *Geopolítica e classes sociais. Valor Econômico. São Paulo. 28 ago. 2013.*
- _____. *Geopolítica e desenvolvimento. Valor Econômico. São Paulo. 31 jul. 2013.*
- _____. *Poder, geopolítica e desenvolvimento. Valor Econômico. São Paulo. 26 jun. 2013.*
- _____. *Para reler o “velho desenvolvimentismo”. Carta Maior. São Paulo. 29 dez. 2012.*
- _____. *O poder global: e a nova geopolítica das nações. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.*
- _____. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.*
- _____. *A governabilidade democrática na nova ordem econômica. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº. 43, 1995.*
- _____. *Debate sobre o ponto crítico: consenso de Washington X Apartheid Social. Rio de Janeiro, IMS/UERJ, 1994.*
- _____. *Os moedeiros Falsos. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1994.*
- _____. *O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. Novos Estudos CEBRAP, n. 40. São Paulo, 1994.*
- _____. *Poder e credibilidade: O paradoxo político da reforma liberal. Lua Nova, n. 25. São Paulo, 1992.*
- RANGEL, Inácio A *Inflação Brasileira (1963) in Rangel, Inácio “Obras Reunidas” Volume I Coleção Os Desenvolvimentistas Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2005*
- RANGEL, Inácio *Obras Reunidas Volume I Coleção os Desenvolvimentistas Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2005*
- SOUZA, Jessé. *Os Batalhadores Brasileiros – Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2010.*
- TEIXEIRA, Carlos Sávio. *Uma filosofia política para a transformação. Revista Estudos Políticos. 2011.*
- _____. *Experimentalismo e Democracia em Unger. São Paulo, Lua Nova, No. 80, 2010.*
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Qual reforma política? Jornal O Globo. Rio de Janeiro. 30 jun. 2013.*
- _____. *O Que a Esquerda Deve Propor. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.*
- _____. *A Segunda Via: Presente e Futuro do Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.*
- _____. *A Alternativa Transformadora. Como Democratizar o Brasil. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1990.*

